



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006675-08.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **CARLOS ANDRE MORES**
Requerido: **Polimport Comércio e Exportação Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que comprou junto à primeira ré duas cafeteiras fabricadas pela segunda ré, ficando ciente de que faria jus a R\$ 100,00 em cápsulas necessárias à utilização dos produtos para cada um deles.

Alegou ainda que deu uma cafeteira de presente e o amigo que a recebeu fez a inscrição normalmente para obter as cápsulas, mas isso não teve vez com a que ficou em seu poder, não tendo o problema sido resolvido.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada em contestação pela primeira ré não merece acolhimento.

Isso porque tal legitimidade encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente tem maior ligação com o vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, o autor destacou a fl. 171 que soube da promoção aludida no relato exordial quando foi adquirir um produto a um amigo, comprando então também um para ele próprio.

Já a segunda ré amealhou a fl. 184 dados sobre essa promoção, constando da respectiva veiculação que o crédito de R\$ 100,00 para trocar por cápsulas se voltava às cafeteiras da linha Inissia, U, ou Pixie que fossem adquiridas entre 01/04/2015 e 14/06/2015, sem qualquer limitação a cor.

Por outras palavras, as condicionantes estabelecidas para render ensejo ao direito concedido voltavam-se ao tipo de mercadoria e à época da aquisição, apenas e tão somente.

Como o autor as preencheu (o documento de fl. 03 denota que a compra de duas cafeteiras Inissia aconteceu em 15/04/2015), ele fazia jus à vantagem ofertada.

Nota-se a partir desses elementos que a justificativa apresentada pela segunda ré não há de ter guarida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ao contrário do sustentado a fl. 22, a situação do autor, seja quanto ao tipo do produto, seja quanto à época da compra, enquadrava-se nos pressupostos elencados para que tivesse acesso a cápsulas indispensáveis ao seu uso, mas isso sem qualquer lastro lhe foi negado.

Como se não bastasse, a questão que não se reveste de maior dificuldade, não foi solucionada, o que obrigou o autor ao ajuizamento da presente ação.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Quanto à restituição do valor do bem, transparece de rigor na esteira do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, até porque sem as cápsulas em apreço a utilização do mesmo não era possível.

Quanto aos danos morais, tenho-os por presentes.

As rés ao menos na espécie vertente não dispensaram ao autor o tratamento que lhes seria exigível, induzindo-o à compra de mercadoria sob condições que não se consumaram e, o que é pior, não apresentando alternativa em seu atendimento que dirimisse o problema, repita-se, que não se revestia da maior complexidade.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) bastam para levar à convicção de que o autor, a exemplo de qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, foi exposto a desgaste de vulto que superou em larga medida os meros dissabores da vida cotidiana.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor as quantias de R\$ 380,95, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2015 (época da compra do produto), e de juros de mora, contados da citação, e de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Cumprida a obrigação ora disposta, a ré que o fizer terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**